

EVIDENCIAÇÃO DE PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PELAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA À LUZ DA NBC T 15

DISCLOSURE OF SOCIO-ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY PRACTICES BY ELECTRIC ENERGY COMPANIES IN THE LIGHT OF NBC T 15

DIVULGACIÓN DE PRÁCTICAS DE RESPONSABILIDAD SOCIAL Y AMBIENTAL POR EMPRESAS DE ENERGÍA ELÉCTRICA A LA LUZ DE NBC T 15

Jerferson Freitas da Silva¹
Adriana Martins de Oliveira²
Antônia Wigna de Almeida Ribeiro³

Artigo recebido em setembro de 2020 (fast-track)

RESUMO

Este artigo objetivou analisar a evidenciação de informações socioambientais das empresas de energia elétrica listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), com base na NBC T 15. Dessa forma, realizou-se uma análise documental nos Relatórios de sustentabilidade e Balanços Sociais das empresas, com uma análise descritiva e qualitativa das informações. Dos resultados, depreendeu-se que as empresas evidenciam uma grande quantidade dos itens sugeridos pela norma, sendo que aqueles de cunho positivo são mais evidenciados do que os de cunho negativo. Constatou-se também que nível de evidenciação é predominantemente classificado como “bom” e que os Balanços Sociais compõem um maior número de informações de cunho social, enquanto os Relatórios de Sustentabilidade apresentam uma maior quantidade das informações de cunho ambiental.

Palavras-chave: Contabilidade socioambiental. Responsabilização. Divulgação.

ABSTRACT

This article aimed to analyze the disclosure of socioenvironmental information of the electric energy companies listed in the Corporate Sustainability Index (ISE), based on NBC T 15. Thus, a documentary analysis was carried out in the companies' Sustainability Reports and Social Balances, with a descriptive and qualitative analysis of the information. From the results, it was found that companies show a large number of items suggested by the standard, with those of a positive nature being more evident than those of a negative nature. It was also found that the level of disclosure is predominantly classified as “good” and that the Social Balance Sheets comprise a greater number of information of a social nature, while the Sustainability Reports present a greater amount of information of an environmental nature.

Keywords: Socio-environmental accounting. Accountability. Disclosure.

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN).
E-mail: jerfersonfreitas111@gmail.com.

² Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).
E-mail: adrianamo@uol.com.br.

³ Mestra em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
E-mail: wigna@hotmail.com.

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar la divulgación de información socioambiental de las empresas de energía eléctrica listadas en el Índice de Sustentabilidad Corporativa (ISE), con base en NBC T 15. De esta forma, se realizó un análisis documental en los informes de sustentabilidad y balances sociales de las empresas, con un análisis descriptivo y cualitativo de la información. De los resultados se encontró que las empresas presentan una gran cantidad de ítems sugeridos por la norma, siendo más evidentes los de carácter positivo que los de carácter negativo. También se encontró que el nivel de divulgación se clasifica predominantemente como “bueno” y que los Balances Sociales comprenden una mayor cantidad de información de carácter social, mientras que los Informes de Sostenibilidad presentan una mayor cantidad de información de carácter ambiental.

Palabras clave: Contabilidad socioambiental. Responsabilidad. Divulgación.

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais a sociedade está se conscientizando e percebendo a importância da atuação sustentável das empresas, prezando pela sua atuação de forma responsável, que vise não só o seu resultado econômico, mas que reconheçam seus impactos na sociedade de forma geral. Segundo Rosa *et al.* (2011) as organizações vêm sendo pressionadas pelo fornecimento de informações que viabilizem a avaliação do seu relacionamento com o meio ambiente.

Dessa forma, a evidenciação de informações socioambientais é uma das formas que as empresas dispõem de transparecer suas ações, e, conseqüentemente, reduzir a assimetria informacional entre a empresa e suas partes interessadas. Para Rahaman, Lawrence e Roper (2004), essa é uma maneira da qual a empresa utiliza para atender as exigências da sociedade, em busca de aceitação e legitimidade. Diante deste cenário, observa-se um aumento no nível de *disclosure* destas informações, principalmente pelas organizações que estão mais propensas a interferir negativamente no meio ambiente (SAMPAIO *et al.*, 2012).

Tudo isso tem refletido no mercado financeiro de modo geral, tendo impulsionado o desenvolvimento de métricas de mensuração em várias dimensões. Neste sentido, em 2005 foi desenvolvido o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que é uma ferramenta de análise comparativa da performance das empresas listadas na Brasil Bolsa Balcão (B3). O ISE tem como objetivo criar um ambiente íntegro e compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade e dos investidores. Assim, são selecionadas para compor a carteira do ISE as empresas que demonstrem um melhor desempenho em diversas dimensões, dentre elas, a social e ambiental (BRASIL, BOLSA, BALCÃO, 2005).

Muito embora haja uma grande demanda por informações de caráter social e ambiental, no Brasil ainda não há legislações que obriguem as empresas a divulgarem. Por este motivo são informações divulgadas, geralmente, de forma voluntária, embora possam proporcionar vários benefícios para as empresas (CARDOSO; LUCA; GALLON, 2014; CORREIA; SILVA; RODRIGUES, 2017; ROVER *et al.*, 2012).

No entanto, a contabilidade como uma ciência voltada para a geração de informação assume um papel importante no processo de evidenciação, ao atender os diversos usuários (SOARES *et al.* 2009). Nessa perspectiva que o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da resolução nº 1.003 de 2004, aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T 15), que orienta acerca da divulgação de informações de natureza social e ambiental,

com objetivo de demonstrar para a sociedade a participação e a responsabilidade socioambiental da entidade (CFC, 2004).

Neste sentido, buscou-se responder a seguinte indagação: as empresas de energia elétrica listadas no ISE evidenciam as informações socioambientais sugeridas pela NBC T 15? Para tanto, teve-se como objetivo geral analisar a evidenciação socioambiental das empresas de energia elétrica listadas no ISE, com base na NBC T 15.

Conforme mencionado o ISE é composto por empresas classificadas como socialmente responsáveis, pressupondo uma maior evidenciação de informações sociais e ambientais. Quanto à análise das empresas de energia elétrica se deu por sua maior representatividade, em termos de quantidade, no índice. Ademais, são empresas cujas atividades operacionais estão intrinsecamente ligadas ao uso dos recursos naturais, o que, de acordo com Maçambani *et al.* (2013), tem despertado um maior interesse na sociedade em fiscalizar o comportamento delas com a comunidade em que estão inseridas.

O estudo se justifica ao ampliar a literatura sobre o tema e contribuir para toda a sociedade que anseia pela responsabilidade socioambiental das organizações, bem como para os investidores de capital que buscam investir em empresas socialmente e ambientalmente responsáveis, que poderão fazer uma análise mais robusta, considerando também o tema aqui estudado, antes de fazer suas aplicações de recursos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicia-se o referencial teórico pela evidenciação socioambiental.

2.1 Evidenciação socioambiental

As atividades operacionais das empresas causam impacto no meio ambiente, e isso tem sido cada vez mais percebido pela sociedade, que tem exigido um posicionamento das empresas quanto a esse fato, o que impulsionou investimentos em programas e ações sustentáveis pelas empresas. Como resposta à sociedade, as empresas vêm fazendo cada vez mais a evidenciação dessas ações em relatórios de sustentabilidade e relatórios contábeis (CORREA *et al.*, 2017).

De acordo com Lins e Silva (2009) a evidenciação de informações representa uma técnica importante de comunicação acerca do desempenho da empresa aos seus *stakeholders*, tais como acionistas, credores, governo, órgãos de supervisão e controle, empregados, entre outros. Por isso, a evidenciação assume um papel imprescindível na redução da assimetria informacional entre os gestores das empresas e toda a gama de interessados nela, especialmente os investidores. Para Sampaio *et al.* (2012), a evidenciação de informações, especificamente de caráter socioambiental, reflete a preocupação das empresas em serem vistas como entidades responsáveis perante o meio em que estão inseridas, funcionando como meio de obtenção de credibilidade, uma vez que as pressões exercidas sobre elas estão ligadas a divulgação destas informações.

Além disso, existem outros motivos que impulsionam a evidenciação de informações socioambientais. De acordo com Nossa (2002), dentre os fatores que levam as empresas a evidenciar esse tipo de informação, estão as premiações e *rankings* instituídos por órgãos

ambientais, o que desperta a atenção da mídia e promove um maior incentivo para sua adoção. Outro fator diz respeito à pressão exercida pelos *stakeholders*, principalmente quando a empresa pertence a um ramo com potencial poluidor, além da pressão dos próprios concorrentes ao adotarem práticas de responsabilidade socioambiental, uma vez que a empresa, com receio de perder competitividade, também passa a adotar tais práticas.

Alguns estudos mostram, ainda, que a evidenciação dessas informações tem reflexos na imagem empresarial. Aerts e Cormier (2009) realizaram um estudo com empresas dos Estados Unidos e Canadá e identificaram que a qualidade e extensão das informações divulgadas em relatórios anuais têm impacto direto na imagem da organização. Lopes *et al.* (2017) corroboram ao constatar uma associação positiva entre o *disclosure* socioambiental e a reputação corporativa. Ao demonstrar que conduz suas operações sob os aspectos sociais e ambientais, a imagem institucional da empresa é fortalecida, fazendo com que sua participação no mercado se eleve, atraindo além de melhores empregados e fornecedores, um maior número de investidores. Esse processo influencia ainda as demais organizações a adotarem tais práticas, dando início a um novo ciclo, crescente e positivo, que visa a eliminação das diferenças sociais e a degradação ambiental (VIEIRA; FARIA, 2007).

Dessa forma, as empresas buscam evidenciar informações tanto sociais como ambientais para seus usuários. As informações de caráter social vão desde a interação da entidade com seus colaboradores a interação com a comunidade. Já as de caráter ambiental visam transparecer sua interação com o meio ambiente (DIAS *et al.*; 2014; FONSECA; ALMEIDA; FRANÇA, 2012; SAMPAIO *et al.* 2012; SILVA; LIMA FILHO; 2014).

De acordo com Sampaio *et al.* (2012) os funcionários integram um dos grupos que mantém interesse na organização e que precisam de informações contábeis, principalmente das de caráter social que estão intrinsecamente ligadas a eles, dessa forma as empresas procuram se manter legítimas perante este grupo por meio da divulgação dessas informações. Silva e Lima Filho (2014) complementam ao afirmarem que as divulgações de informações sobre benefícios concedidos aos colaboradores contribuem para que a empresa se torne aceitável socialmente, isso perante os empregados, órgãos e sindicatos que lutam por melhores condições de trabalho, além de sinalizar para o mercado o compromisso da empresa com funcionários.

Quanto à evidenciação de informações ambientais destacam-se aquelas de caráter negativo e positivo. Evidenciação de investimentos nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente, bem como investimento em projetos de caráter ambiental agregam valor para a empresa, caracterizando-se como informações positivas. Por outro lado, evidenciação de informação sobre processos ambientais, seja em âmbito administrativo ou judicial, multas, passivos e contingências ambientais são classificadas como desfavoráveis à imagem empresarial (FONSECA; ALMEIDA; FRANÇA, 2012). Por esse motivo as empresas tendem a divulgar mais as informações positivas e omitir as negativas, uma vez podem prejudicar a legitimidade empresarial perante a sociedade (DIAS *et al.*, 2014).

2.2 Norma brasileira de Contabilidade Técnica 15

Com as novas exigências impostas pela sociedade em relação à divulgação de informações de natureza social e ambiental, surge a necessidade de técnicas e mecanismos que subsidiem e orientem as empresas quanto à evidenciação. A partir de então, conforme Viera e Faria (2007), a contabilidade, como uma ciência social geradora e fornecedora de informações, assume seu papel ao propor informações direcionadas ao meio ambiente e a responsabilidade social.

Neste sentido, em 19 de agosto de 2004 foi emitida a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T 15), cuja vigência se deu a partir de janeiro de 2006. O seu objetivo é estabelecer os procedimentos para evidenciação de informações sociais e ambientais, com vistas a demonstrar para a sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Conforme a norma se entende por informações de natureza social e ambiental aquelas relacionadas à geração e distribuição de riquezas, recursos humanos, interação com o ambiente externo e interação com o meio ambiente. Para evidenciar tais informações a norma institui a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (DINSA) (CFC, 2004).

No Brasil, das informações sugeridas pela norma, a única que é regulamentada é a geração e distribuição da riqueza da entidade que é demonstrada pela Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cuja elaboração e divulgação tornaram obrigatória para todas as sociedades anônimas de capital aberto desde 2008 pela lei nº 11.638 de 2007, bem como já existe uma norma com tratamento específico para esta demonstração, a Norma Brasileira de Contabilidade de Propósito Geral 09.

Quanto às demais informações sugeridas pela norma, não há regulamentação quanto a sua evidenciação, uma vez que a norma apenas apresenta critérios a serem adotados, mas não tem poder impositivo. Porém, algumas empresas têm aderido à elaboração de Balanços Sociais e Relatórios de Sustentabilidade, que são relatórios compostos por informações de cunho social e ambiental, elaborados voluntariamente pelas organizações (ROCHA *et al.*, 2016; ZARO; PASTRE; ALBERTON, 2015).

O Balanço Social tem como objetivo evidenciar o grau de envolvimento da empresa com seus profissionais, dependentes, colaboradores, comunidade e meio ambiente, fortalecendo e construindo um elo entre a empresa e a sociedade. Além disso, orienta as avaliações de analistas de mercado, investidores, órgãos de financiamento, uma vez que demonstra as intenções e compromissos das organizações, assim como sua responsabilidade social corporativa (MAÇAMBANNI *et al.*, 2013; ROCHA *et al.*, 2016).

O Relatório de Sustentabilidade, criado pelo *Global Reporting Initiative* (GRI) é considerado uma ferramenta mais completa e difundida para evidenciação do desempenho econômico, social e ambiental das organizações, visando medir e prestar conta aos *stakeholders* com vistas ao desenvolvimento sustentável (ZARO; PASTRE; ALBERTON, 2015). Los (2014) corrobora essa afirmativa ao relatar que os Relatórios de Sustentabilidade são mais descritivos, e evidenciam de forma mais detalhada os investimentos socioambientais, diferente dos Balanços Sociais que evidenciam as informações de maneira mais quantitativa.

Diante isto, e dado a importância da observância da norma pelas empresas, alguns autores vêm desenvolvendo estudos acerca de sua aderência, como Correia, Silva e Rodrigues (2017), Krespi *et al.* (2012), Mello, Hollnagel e Cei (2016) e Pereira, Luz e Carvalho (2015), cujos estudos são detalhados na próxima seção.

2.3 Estudos empíricos relacionados

No Quadro 1, elenca-se os estudos empíricos relacionados a evidenciação de informações socioambientais.

Quadro 1 – Estudos sobre evidenciação de informações socioambientais

Autores	Objetivos	Principais Resultados
Kruger, Schussler e Alberton (2011)	Analisar como as empresas de materiais básicos listadas na BM&Fbovespa evidenciam as informações de natureza social e ambiental, de acordo com a NBC T 15, no ano de 2010.	Constatou-se que as empresas não atendem a integralidade da norma. Quanto à evidenciação de informações referentes aos recursos humanos, as informações de gastos com encargos sociais, total de processos trabalhistas movidas contra a entidade, total de empregados no final do período foram as mais evidenciadas. Constatou-se ainda baixa evidenciação da interação com o ambiente externo e com o meio ambiente.
Krespi <i>et al.</i> (2012)	Analisar o grau de evidenciação socioambiental de 37 empresas listadas no ISE no ano de 2010, conforme orientação da NBC T 15.	Constataram que, de modo geral, as empresas cumprem as orientações da norma. Quanto à categoria de recursos humanos notou-se que as empresas evidenciam as informações de forma genérica, não fazendo o detalhamento exigido pela norma. Quanto à interação com o ambiente, a norma foi atendida em quase sua totalidade, com ênfase nas informações sobre contratação de fornecedores, atendimento aos clientes e interação com a comunidade. Quanto à interação com o meio ambiente, a quantidade dos processos, o valor das multas e indenizações não são plenamente evidenciadas.
Sampaio <i>et al.</i> (2012)	Investigar a eventual presença de um processo isomórfico entre os indicadores socioambientais contidos nos relatórios anuais e de sustentabilidade de empresas mineradoras no período de 2005 a 2009.	Constataram um aumento gradativo na evidenciação dos indicadores analisados. Constataram ainda um processo isomórfico dos grupos de indicadores sociais internos e externos, porém não constataram um processo isomórfico para os indicadores ambientais nem para os indicadores do GRI, podendo este resultado ter sido influenciado por uma maior percepção das empresas sobre normatização social.
Mupurung, Lima e Holanda (2015)	Examinar a existência de <i>disclosure</i> social, sob o enfoque do isomorfismo, nas empresas componentes do Índice de Sustentabilidade Empresarial 2010/2011.	Constataram 100% de evidenciação de passivos e contingências trabalhistas, benefícios concedidos aos funcionários e da geração e distribuição de riqueza. As ações trabalhistas e as indenizações e multas pagas por determinação da justiça a empregados foram evidenciadas por 62% e 76%, respectivamente. As empresas não evidenciaram a remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos. Diante as análises, contataram ainda a existência de isomorfismo no <i>disclosure</i> social.
Pereira, Luz e Carvalho (2015)	Identificar o nível de evidenciação nas demonstrações contábeis das empresas de energia elétrica brasileiras, no ano de 2012, com base na NBC T 15.	O item mais evidenciado pelas empresas foi o relacionado aos gastos com preservação e melhoria do meio ambiente. Por outro lado, nenhuma das empresas evidenciou investimento e gastos com educação ambiental para a comunidade, passivo e contingências ambientais, informações comparativas, metas ambientais futuras. 50% das empresas foram classificadas em nível regular e 50% em nível ruim de evidenciação. Dessa forma, notou-se que a divulgação das externalidades ecológicas não é uma preocupação por parte das empresas analisadas.

Mello, Hollnagel e Cei (2016)	Analisar o grau de evidência ambiental de quatro empresas de energia elétrica listadas no ISE de 2006 a 2014 à luz da NBC T 15.	Constataram uma maior evidência para os itens referentes a investimentos e gastos com outros projetos ambientais e investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente, sugerindo que o fato da regulamentação do setor exigir investimentos desta natureza contribuiu para a evidência. Por outro lado, os itens menos evidenciados foram referentes a investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores e a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade
Correia, Silva e Rodrigues (2017)	Analisar quais itens de cunho socioambiental estão sendo divulgados pelas empresas siderúrgicas listadas na Bolsa & Balcão no período de 2011 a 2015 à luz da NBC T 15.	Constataram que as empresas vêm evidenciando de forma crescente as informações socioambientais exigidas pela norma e que não existe muita diferença na maneira em que as empresas evidenciam, mas sim na quantidade de informações evidenciadas. Constataram ainda que as empresas que apresentaram o relatório de sustentabilidade em todos os períodos divulgaram mais informações que as demais.
Viana Júnior e Crisóstomo (2017)	Investigar o nível de <i>disclosure</i> socioambiental de empresas brasileiras pertencentes a 16 setores econômicos.	Constataram um forte indício de que as empresas classificadas como de alto impacto poluidor, conforme a lei nº 10.165 de 200, evidenciam um maior nível de informações socioambientais quando comparado as demais empresas. A obrigação de elaboração e envio do RAPP ao Ibama também parece ter influência no <i>disclosure</i> de informações socioambientais.
Bandeira, Oliveira e Nunes (2019)	Analisar o grau de adequação e conformidade da evidência social nos relatórios e notas explicativas de 23 sociedades anônimas de capital aberto, consideradas mais sustentáveis, conforme Guia Exame de Sustentabilidade no ano de 2015.	Constatou-se que 23 empresas, 10 tiveram classificação como “boa” em relação à evidência, 8 como “ótima”, 2 como “regular” e 3 como “insuficiente”. Dessa forma, nota-se predominância da classificação como boa e ótima, 78,26%. Constatou-se ainda um maior nível de evidência para as empresas pertencentes a setores regulados, o de energia elétrica e financeiro.

Fonte: autores (2020)

Conforme o Quadro 1, nota-se que já foram desenvolvidos estudos acerca da evidência socioambiental, porém se restringem a determinadas amostras, bem como alguns se restringem a analisar um tipo dos de informações, social ou ambiental, tornando-se oportuno o desenvolvimento de novos estudos. Dessa forma, o presente estudo faz uma análise mais abrangente, tendo em vista analisar tanto as informações sociais como as ambientais.

3 MÉTODO

Este estudo propôs analisar a evidenciação socioambiental das empresas de energia elétrica listadas no ISE, com base na NBC T 15. Sendo assim, classifica-se como descritivo, ao observar, descrever, analisar e classificar os fatos, sem interferir neles (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto aos procedimentos, classificou-se como documental por fazer a análise de conteúdo nos Relatórios de Sustentabilidade (RS) e Balanços Sociais (BS) disponibilizados pelas empresas em seus *sites*, referente ao ano de 2018, sendo a abordagem qualitativa.

A população da pesquisa compõe-se das 30 empresas listadas no ISE 2018, porém, por serem empresas cujas atividades estão diretamente ligadas ao uso de recursos naturais, o que as torna mais propensas a interferir no meio em que está inserida, além de serem mais representativas em termos de quantidade no ISE, optou-se por analisar as empresas de energia. Desta forma, a amostra inicial da pesquisa foi composta por nove empresas, porém, o fato de não encontrar os Relatórios de Sustentabilidade (RS) e Balanços Sociais (BS), objetos de análise, da empresa Eletropaulo culminou a sua exclusão, resultando em uma amostra final de oito empresas, são elas: Cemig, Light, AES Tiete, EDP Energia, Celesc, Engie, CPFL Energia, Copel. Ressalta-se que não se encontrou os BS da CPFL Energia nem da AES Tiete, portanto, foi analisado apenas o RS destas empresas.

Para a coleta de dados foi construído um *Checklist* de informações sugeridas pela NBC T 15, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – *Checklist* de informações socioambientais

Indicadores Sociais Internos	
Remuneração e benefícios concedidos	1. Remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos.
	2. Relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores.
	3. Gastos com encargos sociais.
	4. Gastos com alimentação.
	5. Gastos com transporte.
	6. Gastos com previdência privada.
	7. Gastos com saúde.
	8. Gastos com segurança e medicina do trabalho.
	9. Gastos com educação, capacitação e desenvolvimento profissional (exceto os de educação ambiental).
	10. Gastos com cultura.
	11. Gastos com creches ou auxílio-creches.
	12. Participações nos lucros ou resultados.
Composição dos recursos humanos	13. Total de empregados no final do exercício.
	14. Total de admissões.
	15. Total de demissões.
	16. Total de estagiários no final do exercício.
	17. Total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício.
	18. Total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício.

	19. Total de empregados por sexo.
	20. Total de empregados por faixa etária.
	21. Total de empregados por nível de escolaridade.
	22. Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.
Ações trabalhistas contra a entidade	23. Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade.
	24. Número de processos trabalhistas julgados procedentes.
	25. Número de processos trabalhistas julgados improcedentes.
	26. Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.
Indicadores Sociais Externos	
Interação com a Comunidade	27. Investimento em educação, exceto a de caráter ambiental.
	28. Investimento em cultura.
	29. Investimento saúde e saneamento.
	30. Investimento em esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária.
	31. Investimento em alimentação.
Interação com clientes	32. Número de reclamações recebidas diretamente na entidade.
	33. Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor.
	34. Número de reclamações recebidas por meio da Justiça.
	35. Número das reclamações atendidas em cada instância arrolada.
	36. Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça.
	37. Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.
Relação com fornecedores	38. Utilização de critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.
Indicadores Ambientais	
Interação com o meio ambiente	39. Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente.
	40. Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados.
	41. Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.
	42. Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade.
	43. Investimentos e gastos com outros projetos ambientais.
	44. Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.
	45. Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente.
	46. Passivos e contingências ambientais.

Fonte: adaptado da NBC T 15

Conforme o Quadro 2, o *Checklist* é constituído por três tipos de indicadores: Indicadores Sociais Internos, Indicadores Sociais Externos e Indicadores Ambientais. Ao todo, o *Checklist* é composto de sete categorias e quarenta e seis subcategorias de informações socioambientais.

Ao realizar a análise, atribuiu-se um ponto para os itens evidenciados e zero ponto para os itens não evidenciados. Dessa forma, o percentual de evidenciação se deu pela razão entre os itens evidenciados e o total de itens de cada categoria.

Para a classificação das empresas de acordo com o nível de evidenciação utilizou-se a metodologia adotada por Faria e Pereira (2009), conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Nível de evidenciação das empresas analisadas

Respostas Positivas	Nível de Evidenciação
0% até 25%	Ruim
26% até 50%	Regular
51% até 75%	Bom
76% - 100%	Ótimo

Fonte: Faria e Pereira (2009)

Conforme se verifica no Quadro 3, as empresas foram classificadas de acordo com o seu nível de evidenciação, à luz da NBC T 15, como ruim, regular, bom e ótimo. Essa classificação se deu em relação à evidenciação total dos itens.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Iniciam-se os resultados e discussões com os indicadores sociais internos.

4.1 Indicadores sociais internos

Nesta subseção, elencam-se os resultados encontrados por meio da análise dos Relatórios de Sustentabilidade e Balanços Sociais, no que se refere aos indicadores sociais internos sugeridos pela Norma Brasileira de Contabilidade 15 (NBC T 15). A Tabela 1 demonstra a evidenciação das empresas no que se refere a remuneração e os benefícios concedidos aos funcionários.

Tabela 1 – Evidenciação da remuneração e benefícios concedidos aos empregados

	RS		BS	
	Nº	(%)	Nº	(%)
Remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos.	1	13%	1	17%
Relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores.	3	38%	5	83%
Gastos com encargos sociais.	0	0%	6	100%
Gastos com alimentação.	1	13%	6	100%
Gastos com transporte.	0	0%	2	33%
Gastos com previdência privada.	1	13%	6	100%
Gastos com saúde.	1	13%	6	100%
Gastos com segurança e medicina do trabalho.	1	13%	6	100%

Gastos com educação, capacitação e desenvolvimento profissional (exceto os de educação ambiental).	6	75%	6	100%
Gastos com cultura.	0	0%	2	33%
Gastos com creches ou auxílio-creches.	0	0%	6	100%
Participações nos lucros ou resultados.	0	0%	6	100%

Fonte: elaboração própria (2020)

*RS: Relatório de Sustentabilidade, BS: Balanço Social

Conforme a Tabela 1, percebe-se pouca evidência dos itens nos RS, exceto o item que se refere a gastos com educação, capacitação e desenvolvimento dos funcionários, tendo em vista que das oito empresas analisadas, seis apresentaram este item em seus relatórios, que representa 75% das empresas. O segundo item mais evidenciado foi referente a relação entre a maior e menor remuneração da entidade, quando três empresas o evidenciaram, ou seja, 38% das empresas. Notou-se ainda que os itens referentes a remuneração bruta, gastos com alimentação, gastos com saúde, gastos com previdência privada e gastos com segurança e medicina no trabalho foram evidenciados por apenas uma empresa. Por outro lado, os itens referentes a gastos com encargos sociais, gastos com transporte, gastos com cultura, gastos com auxílio-creche e gastos com distribuição dos lucros com os empregados não foram evidenciados.

Diferentemente dos RS, nota-se que o BS é um relatório mais utilizado para a evidência das informações referentes à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, dito isto pois dos doze itens que compõem essa categoria de informação, oito foram evidenciados por 100% das empresas que divulgaram o Balanço Social, são elas a Cemig, a Light, a EDP Energia, a Engie, a Copel e a Celesc. Já os itens com menor evidência foram os referentes a remuneração bruta segregada, com 17% de evidência e os gastos com transporte, e os gastos com cultura, ambos com 33%

Felix Junior *et al.* (2018) ao analisar a divulgação de informações sobre recursos humanos das companhias listadas no índice IBRX-100 de 2009 a 2013 notaram baixo nível de evidência, corroborando com a presente pesquisa no que se refere a evidência nos RS, porém divergindo quanto a evidência no BS, uma vez que as informações foram bem evidenciadas neste relatório. Mupurung, Lima e Holanda (2015) encontraram que 100% das empresas evidenciaram dados referentes aos benefícios concedidos a funcionários, assemelhando-se com os achados nos BS analisados na pesquisa. De acordo com Sampaio *et al.* (2012) a divulgação dessas informações contribui para legitimação das empresas perante os funcionários, bem como para as negociações com entidades representativas dos funcionários.

A Tabela 2 demonstra a evidência das informações sugeridas pela norma no que se refere a composição dos recursos humanos das empresas.

Tabela 2 – Evidência da composição dos recursos humanos

	RS		BS	
	Nº	(%)	Nº	(%)
Total de empregados no final do exercício.	8	100%	6	100%
Total de admissões.	5	63%	6	100%
Total de demissões.	5	63%	1	17%
Total de estagiários no final do exercício.	4	50%	6	100%

Total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício.	3	38%	6	100%
Total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício.	7	88%	5	83%
Total de empregados por sexo.	8	100%	6	100%
Total de empregados por faixa etária.	6	75%	2	33%
Total de empregados por nível de escolaridade.	2	25%	3	50%
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.	4	50%	6	100%

Fonte: elaboração própria (2020)

Conforme a Tabela 2, percebe-se percentuais significativos de evidenciação de informações em ambos os relatórios. Nos RS, nota-se que dois dos dez itens da categoria formam evidenciados por 100% das empresas. Ademais, também apresentaram percentuais de divulgação significativos os itens referentes ao total de admissão, total de demissão, total de estagiários, total de pessoal terceirizado, total de empregados por faixa etária e percentual de cargos de chefia por sexo, tendo em vista que todos eles foram evidenciados por mais de 50% das empresas.

No BS os itens são mais evidenciados, pois seis dos dez itens que compõem a categoria foram evidenciados por 100% das empresas que divulgaram este relatório. Em seguida, com percentual significativo de evidenciação têm-se os itens referentes ao total de prestadores de serviços terceirizados e total de empregados por nível de escolaridade, com 83% e 50% de evidenciação, respectivamente. Já os itens menos evidenciados neste relatório foram o total de empregados por faixa etária e o total de demissões, com 33% e 17%, respectivamente.

A Tabela 3 demonstra a evidenciação das ações trabalhistas movidas contra a empresa por empregados.

Tabela 3 – Evidenciação das ações trabalhistas movidas por empregados

	RS		BS	
	Nº	(%)	Nº	(%)
Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade.	2	25%	1	17%
Número de processos trabalhistas julgados procedentes.	0	0%	0	0%
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes.	0	0%	0	0%
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.	0	0%	1	17%

Fonte: elaboração própria (2020)

Observa-se (Tabela 3) que as ações trabalhistas movidas por empregados contra as empresas foi uma categoria de informação pouco evidenciada pelas empresas. Nos RS o maior percentual de evidenciação foi de 25% para o item referente ao número de processos trabalhistas, quando duas empresas o evidenciaram. Por outro lado, os itens referentes aos números de processos julgados procedentes e improcedentes, bem como o valor das indenizações e multas pagas por determinação da justiça não foram evidenciados por nenhuma empresa.

No BS a evidenciação também foi muito baixa, pois somente dois itens foram evidenciados, o número de processos trabalhistas e o valor total de indenizações e multas pagas, cada um desses itens evidenciados por uma empresa.

Kruger, Schussler e Alberton (2011) ao analisarem a evidenciação socioambiental pelas empresas de materiais básicos e Los (2014) ao analisarem a evidenciação pelas empresas listadas no ISE também encontraram uma baixa evidenciação para esses indicadores, observando uma maior divulgação do item referente ao número de processos trabalhistas movidos contra a entidade, corroborando com os achados da pesquisa. Uma explicação para isso é dada por Los (2014) ao dizer que esses indicadores são muito sensíveis do ponto de vista de divulgação, o que pode motivar a não divulgação, podendo ainda ser por elas não terem incorrido em eventos geradores de processos ou multas.

Porém diferente dos resultados desta pesquisa bem como dos resultados Kruger, Schussler e Alberton (2011) e Los (2014), Mupurung, Lima e Holanda (2015) ao analisar as empresas componentes do ISE, encontraram que mais da metade das empresas evidenciaram informações relativas a ações trabalhistas e sobre o valor das indenizações e multas pagas por determinação da justiça a empregados, divergindo dos resultados aqui apresentados. Uma explicação para isso pode ser o fato destes autores terem analisado o *disclosure* nos relatórios de administração e notas explicativas, indicando assim uma maior evidenciação nesses relatórios.

4.2 Indicadores sociais externos

Nesta subseção, elencam-se os resultados encontrados por meio da análise dos Relatórios de Sustentabilidade e Balanços Sociais, no que se refere aos indicadores sociais externos sugeridos pela NBC T 15. A Tabela 4 demonstra a evidenciação das empresas no que se refere sua interação com a comunidade.

Tabela 4 – Evidenciação da interação da empresa com a comunidade

	RS		BS	
	Nº	(%)	Nº	(%)
Investimento em educação, exceto a de caráter ambiental.	5	63%	5	83%
Investimento em cultura.	6	75%	6	100%
Investimento saúde e saneamento.	2	25%	6	100%
Investimento em esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária.	6	75%	6	100%
Investimento em alimentação.	1	13%	2	33%

Fonte: elaboração própria (2020)

Conforme a Tabela 4, nota-se que os itens referentes a interação da empresa com a comunidade são bem evidenciados pelas empresas, tendo em vista terem apresentado percentuais significativos de evidenciação em ambos os relatórios. No RS os itens mais evidenciados foram os referentes aos investimentos em cultura, investimentos em esporte e lazer e investimentos em educação, com percentuais de 75%, 75% e 63%, respectivamente, reafirmando o postulado por Sampaio (2012) que sugere que estes sejam os itens com maior influência sobre a comunidade em que a empresa está inserida. Os itens menos evidenciados foram referentes aos investimentos em alimentação e investimento em saúde e saneamento.

Assim como em algumas categorias anteriores, nota-se uma maior evidenciação por meio do BS, tendo em vista que três dos cinco itens foram evidenciados por 100% das empresas que o divulgou. Além disso, 83% das empresas evidenciaram investimento em educação e 33% em alimentação.

Estes resultados vão ao encontro dos achados de Los (2014) que encontrou níveis significativos para estes indicadores. De acordo com Dias *et al.* (2014) a alta evidência desses indicadores se dá por possuírem uma maior influência sobre a comunidade, assim as empresas tendem a divulgá-los com vistas a mostrar sua contribuição para a comunidade.

A Tabela 5 evidencia as informações referentes a interação da empresa com seus clientes.

Tabela 5 – Evidenciação da interação da empresa com os clientes

	RS		BS	
	Nº	(%)	Nº	(%)
Número de reclamações recebidas diretamente na entidade.	5	63%	3	50%
Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor.	2	25%	3	50%
Número de reclamações recebidas por meio da Justiça.	3	38%	3	50%
Número das reclamações atendidas em cada instância arrolada.	5	63%	3	50%
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça.	0	0%	0	0%
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.	5	63%	0	0%

Fonte: elaboração própria (2020)

Observa-se (Tabela 5) que a maioria dos itens foram evidenciados por 50% ou mais das empresas, exceto o item referente ao montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela justiça, que não foi evidenciado por nenhuma das empresas. Os itens mais evidenciados foram os referentes ao número de reclamações recebidas diretamente na entidade, número de reclamações atendidas em cada instância e as ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações, sendo mais evidenciados nos RS, o que corrobora com o suposto por Los (2014) e Zaro, Pastre e Alberton (2015) ao relatarem que os RS são relatórios mais completos, descritivos e que evidenciam de forma mais detalhada as informações socioambientais. Já os itens menos evidenciados foram os referentes a número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor e número de reclamações recebidas por meio da justiça.

Estes achados se assemelham com os de Los (2014) que encontrou uma maior divulgação para os itens referentes ao total de reclamações recebidas na entidade, órgão de defesa do consumidor e na justiça, com percentuais de 48%, 45,3% e 44%. Porém divergem quanto à evidência dos itens referentes às ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações e o montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça, que foram evidenciados por 12% e 16% dos relatórios, enquanto na pesquisa encontrou-se um percentual significativo para o primeiro item e nenhuma evidência para o segundo.

A Tabela 6 evidencia informações sobre a interação da empresa com seus fornecedores, mais especificamente sobre utilização de critérios de responsabilidade social utilizado para sua seleção.

Tabela 6 – Evidenciação da interação da empresa com os fornecedores

	RS		BS	
	Nº	(%)	Nº	(%)
Utilização de critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.	8	100%	6	100%

Fonte: elaboração própria (2020)

Nota-se (Tabela 6) que todas as empresas analisadas evidenciam que utilizam critérios de responsabilidade social para selecionar seus fornecedores, tanto no RS quanto no BS.

4.3 Indicadores Ambientais

Nesta subseção se elenca os resultados encontrados por meio da análise dos Relatórios de Sustentabilidade e Balanços Sociais, no que se refere aos indicadores ambientais sugeridos pela NBC T 15. Dessa forma, a Tabela 7 demonstra a evidenciação da interação da empresa com o meio ambiente.

Tabela 7 – Evidenciação da interação da empresa com o meio ambiente

	RS		BS	
	Nº	(%)	Nº	(%)
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente.	5	63%	1	17%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados.	3	38%	1	17%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.	1	13%	0	0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade.	3	38%	1	17%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais.	8	100%	3	50%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.	2	25%	1	17%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente.	3	38%	0	0%
Passivos e contingências ambientais.	0	0%	1	17%

Fonte: elaboração própria (2020)

Observa-se (Tabela 7) pouca evidenciação dos itens. Nos RS os itens mais evidenciados foram os investimentos e gastos com outros projetos ambientais, que foi evidenciado por 100% das empresas e investimentos e gastos com manutenção dos processos operacionais para melhoria do meio ambiente, que foi evidenciado por 63% das empresas. Observa-se ainda pouca evidenciação para os itens referentes aos investimentos e gastos com preservação e recuperação de ambientes degradados, investimentos e gastos com educação ambiental tanto para os empregados como para a comunidade, quantidades de processos ambientais e o valor das multas e indenizações relativas à matéria ambiental. Já os passivos e contingências ambientais não foram evidenciados.

Estes resultados corroboram com o estudo de Mello, Hollnagel e Cei (2016) que, ao analisarem a evidenciação ambiental de quatro empresas de energia elétrica, encontram que os

dois itens mais evidenciados foram os mesmos da pesquisa, sugerindo que a regulamentação do setor de energia, por exigir investimentos desta natureza, possa ter contribuído para uma maior evidenciação. Corroboram, ainda, no que se refere aos dois itens menos evidenciados que foi investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores e a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.

De acordo Fonseca, Almeida, França (2012), tanto a evidenciação de processos ambientais quanto de passivos e contingências ambientais são informações de caráter negativo para a imagem da empresa, o que pode fazer com que as empresas não a evidenciem. Dias *et al.* (2014) complementam ao relatarem que as empresas são mais propensas a evidenciar informações que favoreçam a imagem da empresa, ou seja, aquelas de cunho positivo e que não impactam a legitimidade empresarial.

Ao contrário do constatado nas categorias de informações anteriores, os indicadores ambientais foram menos evidenciados nos BS. A maioria dos itens foi evidenciado por apenas 17%, o que corresponde a evidenciação por uma empresa. O item mais evidenciado foi referente a investimentos e gastos em outros projetos ambientais, quando 50% das empresas o evidenciaram, e não foi evidenciado o valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente. Vale ressaltar que todos BS analisados apresentaram o montante de investimentos ambientais, porém não houve discriminação de que se trataram tais investimentos, o que impossibilitou a pontuação para os itens de evidenciação. Dessa forma, assim como Mello, Hollnagel e Cei (2016), percebe-se que há uma maior evidenciação de informações ambientais nos RS.

4.4 Nível de evidenciação por empresa

Nesta subseção, demonstra-se o nível de evidenciação de cada empresa analisada. Para tanto, atribui-se os conceitos às empresas de acordo com a classificação sugerida por Faria e Pereira (2009).

Tabela 8 – Nível de evidenciação por empresa

Empresa	Evidenciação (%)	Classificação
Cemig	72%	Bom
Light	67%	Bom
AES Tiete	24%	Ruim
EDP Energia	72%	Bom
Celesc	70%	Bom
Engie	67%	Bom
CPFL	33%	Regular
Copel	76%	Ótimo

Fonte: elaboração própria (2020)

Observa-se que seis das oito empresas analisadas apresentaram um nível de evidenciação acima de 50%, são elas a Cemig, a Light, EDP Energia, a Celesc, a Engie e a Copel, foram justamente estas empresas que foram analisadas tanto o BS como o RS. Já a AES Tiete e a CPFL, as quais foram analisadas apenas o RS obteve um nível inferior.

Quanto à classificação, percebe-se uma predominância do nível “bom”, tendo em vista que cinco empresas obtiveram essa classificação, enquanto apenas a Copel obteve um nível classificado como “ótimo”, a CPFL como “regular” e a AES Tiete como “ruim”. Estes achados corroboram com os de Faria e Pereira (2009) e Bandeira, Oliveira e Nunes (2019) ao constatarem predominância de níveis classificados como “bom”.

É possível afirmar, então, que nenhuma das empresas adere 100% dos itens de evidenciação sugeridos pela NBC T 15, porém a maioria adere a mais da metade dos itens sugeridos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a evidenciação socioambiental das empresas de energia elétrica listadas no ISE à luz da NBC T 15. Para tanto, procedeu-se com a análise nos Balanços Sociais e Relatórios de Sustentabilidade disponibilizados pelas oito empresas listadas no ISE, Cemig, Light, AES Tiete, EDP Energia, Celesc, Engie, CPFL Energia, Copel.

Dos resultados, conclui-se que as empresas evidenciam uma grande quantidade de itens sugeridos pela norma, sendo que aqueles de cunho positivo do ponto de vista da divulgação e da imagem das empresas, como os remuneração e benefícios concedidos aos funcionários, investimentos em projetos ambientais e investimentos para a sociedade, são mais evidenciados do que aqueles de cunho negativo, como processos trabalhistas e ambientais, multas e indenizações e passivos e contingências ambientais.

Quanto à localização dos itens, percebeu-se que há uma predominância da evidenciação nos BS, com exceção dos indicadores ambientais que foram mais evidenciados nos RS, o que pode ser explicado pelo fato dos RS serem mais minucioso no quesito dos indicadores ambientais, enquanto os BS os abordam de forma genérica.

Conforme análise da evidenciação por empresa, notou-se que apenas a Copel obteve um nível de evidenciação classificado como “ótimo”, predominando a classificação como nível “bom”, uma vez que a Cemig, Light, EDP Energia, Celesc e Engie apresentaram esse nível. Notou-se, ainda, que aquelas empresas que não divulgaram o BS obtiveram classificação inferior as demais, foram elas a CPFL Energia, com nível “regular” e a AES Tiete, com nível “ruim”.

Dentre as limitações desta pesquisa, cita-se o fato de que as análises foram restritas as empresas de energia elétrica, não englobando as demais empresas que compõem o ISE. Considera-se também como limitação o fato de que a análise se deu para apenas um ano, o que impossibilitou a análise de tendências da evidenciação.

Diante estas limitações, sugere-se para pesquisas futuras a realização de uma análise longitudinal, com vistas a observar tendências da evidenciação. Assegure-se ainda a realização de uma análise estatística que estude variáveis, com vistas a encontrar fatores associados à evidenciação socioambiental sugerida pela norma.

Destarte, por seu um tema atual e emergente tanto de ordem teórica como prática, este estudo contribui para o aprofundamento e avanço da literatura concernente ao tema, trazendo novas constatações acerca a evidenciação socioambiental pelas empresas de energia elétrica, e, também, para toda a sociedade e investidores que anseiam por este tipo de informação.

6 REFERÊNCIAS

- AERTS, W.; CORMIER, D. Media legitimacy and corporate environmental communication. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, p. 1-27. 2009.
- BANDEIRA, M. L.; OLIVEIRA, N. L.; NUNES, A. Disclosure social: uma análise sob a ótica da NBC T 15 em empresas de capital aberto. **Revista Negócios em Projeção**, v.10, n. 1, p. 14-29, 2019.
- CARDOSO, V. I. C.; LUCA, M. M. M.; GALLON, A. V. Reputação corporativa e o disclosure socioambiental de empresas brasileiras. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, n. 2, p. 26-44, 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.003/2004. Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental. 2004. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003&arquivo=Res_1003.doc.
- CORREIA, J. J. A.; SILVA, F. E. A.; RODRIGUES, N. R. Evidenciação socioambiental de empresas siderúrgicas brasileiras entre 2011 e 2015: análise dos relatórios financeiros e de sustentabilidade. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 8, p. 327-341, 2017.
- DIAS, C. P. *et al.* Evidenciação de informações socioambientais, teoria da legitimidade e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 1, n. 1, p. 100-118, 2014.
- FARIA, A. C.; PEREIRA, R. Análise da evidenciação de informações socioambientais por empresas do seguimento de papel e celulose no Brasil, a partir da NBC T 15. In: XVI Congresso Brasileiro de Custos, Fortaleza: Associação Brasileira de Custos. **Anais [...]**. Fortaleza, 2009.
- FONSECA, F. A. P. B.; ALMEIDA, K. K. N.; FRANÇA, R. D. Evidenciação de informações ambientais em empresas do segmento de utilidade pública listadas na BM&Fbovespa: um estudo sobre a evolução na divulgação dessas informações. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 2, n. 3, p. 58-68, 2012.
- FELIX JÚNIOR, L. A. F *et al.* Divulgação de informações sobre recursos humanos e os fatores que influenciam sua evidenciação voluntária nos relatórios de administração. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 37, n. 1, p. 129-146, 2018.
- KRESPI, N. T. *et al.* Evidenciação de informações ambientais: análise sob o aspecto do balanço social de empresas listadas no ISE. **Custos e Agronegócio Online**, v. 1, n. 4, p. 147-170, 2012.
- KRUGER, S. D; SCHUSSLER, A. M.; ALBERTON. L. Evidenciação de Informações Sociais e Ambientais. In: Seminários em Administração-XIV Semead. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2011.
- LINS, L. S.; SILVA, R. N. S. Responsabilidade sócio-ambiental ou greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 4, n. 1, p. 91-105, 2009.
- LOPES, A. C. *et al.* Disclosure socioambiental, reputação corporativa e criação de valor nas empresas listadas na BM&Fbovespa. **Revista Ambiente Contábil**, v. 9, n. 1, p. 364-382, 2017.

LOS, G. Z. Evidenciação socioambiental: um estudo nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da BM&Fbovespa. (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

MAÇAMBANNI, T. A. *et al.* Evidenciação socioambiental: uma análise do balanço social de empresas do setor de energia elétrica que atuam nas regiões sul e nordeste do Brasil. **Revista Gestão Socioambiental e Sustentabilidade**, v. 2, n. 1, p. 123-142, 2013.

MAPURUNG, P. V. R.; LIMA, B. C. C.; HOLANDA, A. P. Disclosure social e isomorfismo nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, n. 2, p. 267-281, 2015.

MELLO, C. G. G.; HOLLNAGEL, H. C.; CEI, N. G. Evidenciação ambiental segundo a NBC T 15: uma análise de energia elétrica de 2006 a 2014. **Redeca**, v.3, n. 2, p. 93-109, 2016.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental**: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. 249 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo: USP, São Paulo, 2002.

PEREIRA, F. E.; LUZ, J. R. M.; CARVALHO, J. R. M. Evidenciação das informações ambientais das empresas do setor de energia elétrica do Brasil. **Revista Evidenciação Contábil e Finanças**, v. 3, n. 2, p. 60-72, 2015.

PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

RAHAMANA, A.S.; LAWRENCE, S.; ROPER, J. Social and environmental reporting at the VRA: institutionalised legitimacy or legitimization crisis? **Critical Perspectives on Accounting**, v. 15, n. 1, p. 35-56, 2004.

ROCHA, M. R. *et al.* O Balanço Social como instrumento de evidências de práticas ambientais: um estudo empírico na indústria de refrigerantes de Porto Velho. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2016.

ROSA, F. S. *et al.* Gestão da evidenciação ambiental: um estudo sobre as potencialidades e oportunidades do tema. **Engenharia Sanitária Ambiental**, v. 16, n. 1, p. 157-166, 2011.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D.; BORBA, J. A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, São Paulo, v.47, n.2, p.217-230, 2012.

SAMPAIO, M. S. *et al.* Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 1, p. 105-122, 2012.

SILVA, T. B. J.; LIMA FILHO, R. N. A efetividade da missão e a evidenciação da responsabilidade socioambiental: uma análise com organizações do seguimento de papel e celulose. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 31, n.1, p. 4-23, 2014.

SOARES, S. V. *et al.* Balanço Social: um estudo de caso de uma empresa do ramo de energia elétrica. In: V CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, Niterói: UFF. **Anais [...]**. Niterói, 2009.

VIANA JUNIOR, D. B. C.; CRISÓSTOMO, V. L. Nível de disclosure socioambiental: uma análise comparativa entre empresas brasileiras de acordo com o potencial de agressão ao meio ambiente. **Revista de Administração da UFSM**, v. 10, p. 79-99, 2017.

VIEIRA, M. T.; FARIA, A. C. Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documental. **Revista Universo Contábil**, v.3, n.1, p. 49-69, 2007.

ZARO, E. S.; PASTRE, F.; ALBERTON, L. Asseguração dos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem a carteira do índice de sustentabilidade empresarial 2013. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 20, n. 1, p. 47-63, 2015.